

**METROBUS****Balço Patrimonial em 31 de dezembro**
Em Reais Mil

	2015	2014		2015	2014
Ativo			Passivo e patrimônio líquido		
Circulante			Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)	5	5.613	Fornecedores (Nota 11)	7.217	7.359
Contas a receber (Nota 4)	15.665	14.313	Salários e encargos sociais (Nota 12)	4.641	4.244
Estoques (Nota 5)	392	461	Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	31.083	40.218
Adiantamentos (Nota 6)	347	2.055	Contas a pagar (Nota 14)	5.635	5.688
Impostos e contribuições a recuperar (Nota 7)	388	413	Provisão para contingências (Nota 15)	-	481
Creditos Tributários (Nota 8)	1.064	1.639			
	17.861	24.494		48.576	57.990
Não circulante			Não circulante		
Realizável a longo prazo			Provisão para contingências (Nota 15)	10.104	645
Depósitos judiciais (Nota 9)	2.820	2.464	Impostos e contribuições a recolher (Nota 13)	8.367	9.735
	2.820	2.464		18.471	10.380
Investimentos	51	51	Patrimônio líquido (Nota 17)		
Imobilizado (Nota 10)	97.556	111.522	Capital social (a)	194.493	194.493
Intangível (Nota 10)	12	36	(-) Capital social a integralizar	(20.787)	(20.787)
			Reservas de lucros	86	86
			Reservas de reavaliação	7.357	7.521
			Prejuízos acumulados	(129.896)	(111.116)
				51.253	70.197
Total do ativo	118.300	138.567	Total do passivo e patrimônio líquido	118.300	138.567

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações do Resultado Exercícios findos em 31 de dezembro
Em Reais Mil

	2015	2014
Receita líquida de vendas de serviços		
Transporte urbano (Nota 16 - a)	85.647	76.656
	85.647	76.656
Receita líquida de vendas de serviços		
Custo dos serviços prestados (Nota 16 - b)	(81.377)	(66.136)
	4.270	10.520
Lucro bruto		
Receitas e despesas operacionais		
Despesas administrativas, e tributárias (Nota 16 - c)	(19.216)	(19.420)
Outras receitas e despesas operacionais, líquidas	(906)	(99)
	(15.852)	(8.999)
Lucro operacional antes do resultado financeiro		
Resultado financeiro		
Despesas financeiras (Nota 16 - d)	(3.252)	(3.897)
Receitas financeiras	161	3.062
	(3.091)	(835)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		
Imposto de renda e contribuição social	(18.943)	(9.834)
	(18.943)	(9.834)
(Prejuízo) líquido do exercício	(18.943)	(8.195)
(Prejuízo) líquido por ação do capital social	(0,0974)	(0,0421)

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Em Reais Mil

	Capital social					Total
	Subscrito	A integralizar	Reserva de lucros	Reserva de reavaliação	Prejuízos acumulados	
Em 31 de dezembro de 2013	194.493	(72.787)	86	8.521	(103.921)	26.392
Integralização de capital		52.000				52.000
Realização da reserva de reavaliação				(1.000)	1.000	-
Prejuízo líquido do exercício					(8.195)	(8.195)
Em 31 de dezembro de 2014	194.493	(20.787)	86	7.521	(111.116)	70.197
Realização da reserva de reavaliação				(164)	164	-
Prejuízo líquido do exercício					(18.943)	(18.943)
Em 31 de dezembro de 2015	194.493	(20.787)	86	7.357	(129.896)	51.253

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro
Em Reais Mil

	2015	2014
Atividades Operacionais		
(Prejuízo) do exercício	(18.943)	(8.195)
Depreciação e amortização	13.203	10.474
Resultado pela baixa do Imobilizado	3.734	432
Reversão de provisões	(11.303)	(940)
Provisão p/ perda no recebimento de créditos	157	560
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	(1.639)
Provisão para riscos cíveis e trabalhistas	9.050	-
Despesas com juros de longo prazo	2.096	-
	(2.006)	692
(Aumento) diminuição de ativos		
Contas a receber	(1.352)	(3.445)
Estoques	69	210
Impostos a recuperar	25	(105)
Depósitos judiciais	(356)	16
Adiantamentos	1.708	(1.779)
Creditos tributários	575	-
Bens disponíveis para venda	-	56
	669	(5.047)
Aumento (diminuição) de passivo		
Fornecedores	(142)	5.134
Impostos e contribuições a recolher	(10.503)	(3.206)
Salários e encargos sociais	397	(1.523)
Contas a pagar	(53)	(2.275)
Provisão para contingências	8.978	(364)
	(1.323)	(2.234)
Atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(2.948)	(45.667)
Alienação do ativo imobilizado	-	1.322
	(2.948)	(44.345)
Atividades de financiamentos		
Aumento de capital	-	52.000
	-	52.000
Aumento/Diminuição do disponível	(5.608)	1.066
Disponibilidades		
Inicial	5.613	4.547
Final	5	5.613
Aumento/Diminuição do disponível	(5.608)	1.066

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis

Demonstrações contábeis de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2015**1 Informações gerais**

A Metrobus Transporte Coletivo S.A., constituída em 29 de dezembro de 1997, é uma empresa de economia mista, que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros no município de Goiânia, mediante contrato de concessão.

Em 20 de abril de 2011, foi celebrado entre a Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC e a Metrobus Transporte Coletivo S.A, novo contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros correspondente ao lote nº 01 do sistema integrado de transporte da Rede Metropolitana de Transporte Coletivo (SIT-RMTC). O prazo do referido contrato é de 20 anos contados da data de sua assinatura.

Em 06 de agosto de 2014, foi celebrado entre as Empresas Metrobus Transporte Coletivo S.A., Rápido Araguaia Ltda, Viação Reunida Ltda, Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, com interveniência do Consórcio da Rede Metropolitana de Transporte Coletivos da Grande Goiânia - Consórcio RMTC, e Sindicato das Empresas de Transporte Coletivo Urbano de Passa-geiros de Goiânia – Setransp, instrumento de Acordo Operacional "Subsistema Anhanguera," para extensão dos serviços da linha estrutural do Eixo Anhanguera, pela Metrobus Transporte Coletivo S.A., alcançando o perímetro urbano dos municípios de Trindade, Goianira, e Senador Canedo. O prazo de vigência do referido acordo é de mesmo período de vigência do contrato de concessão dos serviços de transporte coletivo de passageiros mencionado no parágrafo precedente, e o rateio da receita tarifária do Subsistema Anhanguera previsto no item 8.4 do Acordo Operacional será na mesma proporção do quantitativo de alocação de frota para prestação dos serviços; 75,00% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 12,50% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 10,38% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., e 2,12% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás.

Em 14 de outubro de 2014, a Carta Conjunta nº EA-009/2014, suspende o critério de rateio definido no item 8.4 do Acordo Operacional de 06 de agosto de 2014, e institui a novo critério de rateio que passa a ser com base na receita média de cada concessionária, calculada com base nos últimos 12 meses, obedecendo aos seguintes percentuais, 47,30% para a Metrobus Transporte Coletivo S/A, 26,35% para a Empresa Rápido Araguaia Ltda., 14,12% para a Empresa Viação Reunidas Ltda., 8,50% para a Cooperativa de Transporte do Estado de Goiás, e 3,73% para a Empresa HP Transportes Ltda.

A Companhia vem apresentando prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. A manutenção da atividade operacional, econômica e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S/A depende, fundamentalmente, da reestruturação operacional, administrativa e financeira que esta sendo implementada pela administração da Companhia.

2 Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto para os ativos financeiros, que quando aplicável, são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração no processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revistas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas, premissas e estimativas que possuam um risco de resultar em ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: Nota Explicativa nº 15 - Provisão para contingências riscos cíveis e trabalhistas; Nota Explicativa nº 8 – Créditos tributários

As demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S/A foram aprovadas pela Administração em 20 de abril de 2016, as quais contemplam os eventos subsequentes ocorridos após a data de encerramento de 31 de dezembro de 2015.

Demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Pronunciamentos novos e revisados

Não há novos pronunciamentos ou interpretações do CPC's/IFRS vigindo a partir de 2015 que poderiam ter um impacto significativo nas demonstrações contábeis da Companhia.

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras a Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável quando entrarem em vigor.

2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalente de caixa incluem o caixa e depósitos bancários.

2.3 Ativos financeiros**2.3.1 Classificação**

A Companhia classifica seus ativos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos.

(a) Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e os recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis da Companhia compreendem, contas a receber, demais a receber e caixa e equivalentes de caixa.

2.3.2 Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos das transações para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são inicialmente reconhecidos pelo valor justo, e os custos das transações são debitados à demonstração do resultado.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa de investimentos tenham vencido ou tenham sido transferidos, neste último caso, desde que a Companhia tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são subsequentemente contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos e perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são apresentados na demonstração do resultado em despesas financeiras, no período em que ocorrem. Na data base dos balanços não foram apurados ajustes em decorrência da aplicação das normas contábeis.

Os juros calculados pelo método da taxa efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de receitas financeiras

2.4 Contas a receber

As contas a receber são deduzidas da provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida quando existe uma evidência objetiva de que a Companhia não será capaz de cobrar todos os valores devidos por seus clientes. Tal avaliação é baseada na análise individualizada, considerando a sua capacidade de pagamento, as garantias oferecidas e a avaliação de advogados. O valor da provisão é a diferença entre o valor contábil e o valor recuperável.

2.5 Estoques

Os estoques são avaliados e demonstrados ao custo médio das compras, inferiores ao custo de reposição. O custo é determinado usando-se o método da Média Ponderada Fixa.

2.6 Imobilizado

O imobilizado é demonstrado pelo custo histórico de aquisição. A depreciação é calculada pelo método linear, de acordo com as taxas divulgadas na Nota 10.

Ganhos e perdas em alienações são determinados pela comparação dos valores de alienação com o valor contábil e são incluídos no resultado.

A média de vida útil do principal ativo imobilizado da Companhia, "Frota de Ônibus", é de 12 anos.

2.7 Intangíveis**Programas de computador (softwares)**

Licenças adquiridas de programas de computador e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada de 5 anos.

2.8 Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, inclusive os ativos intangíveis, são revisados anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo. Para fins de avaliação, os ativos são agrupados no menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente.

No mínimo anualmente ou quando há indicativos de redução do valor recuperável de ativos, a Companhia elabora estimativa dos valores em uso das unidades geradoras de caixa e/ou dos valores justos líquidos de despesas de vendas. O cálculo do valor em uso exige que a Administração estime os fluxos de caixa futuros esperados oriundos das unidades geradoras de caixa e uma taxa de desconto adequada para que o valor presente seja calculado. Nenhuma evidência de perda foi identificada nos períodos apresentados.

2.9 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante.

Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros.

2.10 Provisões

As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. Nesse sentido, o reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões e contingências passivas levam em consideração os critérios definidos no CPC 25.

Os demais passivos são apresentados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, das variações nas taxas de câmbio e das variações monetárias incorridas.

2.11 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos.

A Companhia reconhece a receita quando o valor da receita pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração as especificidades de suas operações.

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (impairment) é identificada em relação a contas a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados às contas a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do contas a receber.

2.12 Resultado por ação

Calculado considerando-se o número total de ações existente na data de encerramento dos exercícios, excluídas as ações mantidas em tesouraria, quando existirem.

3 Caixa e equivalentes de caixa

	2015	2014
Caixa e bancos	5	5.613
	5	5.613

4 Contas a receber

	2015	2014
Setransp	-	105
Coopresgo Coop. Trab. Prest. Serviços	-	199
Sitpass-subsídio Governo Estado de Goiás	2.904	4.228
Filial - C.M.T.C.	2.508	2.508
Repasse Estado Semi - Urbano Entorno de Goiânia	8.181	6.327
Outras contas a receber	4.367	3.190
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(2.296)	(2.244)
	15.664	14.313

Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, a Metrobus Transporte Coletivo S.A., que tem como objeto social a prestação de serviços de transporte coletivo de passageiros, neste seguimento a receita da prestação de serviços é reconhecida diariamente. A Provisão para devedores duvidosos é constituída com base no montante dos créditos devidos por empresas prestadoras de serviços, em que a Metrobus foi arrolada e sucessora em débitos trabalhistas movidos contra aquelas empresas.

	2015	2014
Bens de Consumo – Operadora	373	423
Bens de Consumo Administração	19	38
Bens de Consumo- p/ leilão Operadora	168	168
Provisão para Perda de Estoques	(168)	(168)
	392	461

	2015	2014
Fornecedores	-	1.743
Férias e 13º Salário	199	186
Outros	31	126
Parcelamento Lei 12.996/14	117	-
	347	2.055

	2015	2014
Outros impostos a recuperar	97	122
IRPJ - Imposto De Renda Pessoa Jurídica	291	291
	388	413

8 Créditos tributários
 Refere-se a crédito tributário sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, constituído para pagamento de juros de mora de impostos e contribuições incluídos em parcelamento, constante da Lei 12.996 de 18 de junho de 2014.

	2015	2014
Prejuízos fiscais de imposto de renda	782	1.205
Base negativa de contribuição social	282	434
	1.064	1.639

Os créditos tributários constituídos serão utilizados para compensar juros e multas dos parcelamentos incluídos na Lei 12.996/2014. No mês de setembro de 2015, (Nota Explicativa 13) a RFB efetuou consolidação apenas dos impostos e contribuições relativos ao IRPJ, CSLL, PIS e COFINS, os débitos previdenciários incluídos nos parcelamentos ainda não foram consolidados pela RFB, o que deverá ocorrer em maio de 2016.

	2015	2014
Depósito		
Depósito Recursal	1.099	1.138
Valores Penhorados Setransp	109	109
Deposito Judicial CEF	1.100	686
Depósito Judicial Banco Do Brasil	414	435
Outros	98	96
	2.820	2.464

Os referidos depósitos estão atrelados a processos trabalhistas e cíveis movidos contra a Companhia.

10 Imobilizado
 Composto pelos bens patrimoniais utilizados para geração de receita e administração do negócio da Companhia, sendo apresentado conforme quadro abaixo:

Descrição	Taxas Anuais		Saldos em		Saldos em	
	Depreciação	30/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2014	
Imobilizado		97.569	10.831	(24.822)	111.560	
Imobilizado Operadora		90.211	9.587	(23.412)	104.036	
Operadora		134.377	2.947	(10.375)	141.805	
Equipamentos/Instalações		753	17	(61)	797	
Moveis e Utensílios		351	9	(29)	371	
Edificações		593	-	-	593	
Terrenos		567	-	-	567	
Veículos de Apoio		391	17	-	374	
Frota de Ônibus		1.255	-	(5.658)	6.913	
Software-Programas		190	-	(43)	233	
Frota de Ônibus Novos		129.596	2.904	(4.584)	131.276	
Benefitorias		681	-	-	681	
					(12.788)	
Depreciação Acumulada		(44.166)	6.640	(13.037)	(37.769)	
Equipamentos/Instalações		(509)	53	(74)	(488)	
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(171)	14	(38)	(147)	
Edificações	4%	(135)	-	(24)	(111)	
Veículos de Apoio	7% a 20%	(292)	-	(48)	(244)	
Frota de Ônibus	8% a 25%	(1.255)	5.658	(16)	(6.897)	
Software-Programas		(177)	42	(22)	(197)	
Frota de Ônibus Novos		(41.529)	873	-	(29.614)	
					(71)	
Benefitorias em Propr. Terceiros		(98)	-	(27)	(71)	
Reavaliação		7.358	1.244	(1.410)	7.524	
		10.954	-	(1.244)	12.198	
Equipamentos/Instalações		213	-	(61)	274	
Moveis e Utensílios		51	-	(19)	70	
Edificações		2.612	-	-	2.612	
Terrenos		5.609	-	-	5.609	
Veículos de Apoio		171	-	(4)	175	
Frota de Ônibus		2.247	-	(1.133)	3.380	
Software-Programas		51	-	(27)	78	
Depreciação Acumulada		(3.596)	1.244	(166)	(4.674)	
Equipamentos/Instalações	1,3% a 70%	(212)	61	(2)	(271)	
Moveis e Utensílios	10% a 40%	(51)	19	-	(70)	
Edificações	2% a 4%	(910)	-	(83)	(827)	
Veículos de Apoio	7% a 20%	(163)	4	(10)	(157)	
Frota de Ônibus	8% a 25%	(2.209)	1.133	(71)	(3.271)	
Software-Programas		(51)	27	-	(78)	

	2015	2014
Fornecedores no país	7.217	7.359

A Administração da Companhia avaliou o ajuste a valor presente dos seus saldos de fornecedores nas datas de 31 de dezembro de 2015 e concluíram que os valores não geram ajustes materiais a valor presente nas demonstrações financeiras. O vencimento das obrigações com fornecedores está limitado no prazo de 12 meses.

	2015	2014
I N S S	526	518
F G T S	335	288
Provisão de férias	2.928	2.678
Outros	852	760
	4.641	4.244

	2015	2014
Circulante		
COFINS	12	11
PIS/PASEP	2	2
I S S Q N (a)	22.995	32.668
REFIS MUNICIPAL-ISSQN Parcelamento	3.605	3.231
Parcelamento LEI 11.941	320	296
Parcelamento LEI 12.996/14	1.280	1.781
Outros Impostos e contribuições a recolher	2.869	2.229
	31.083	40.218

	2015	2014
Não Circulante		
Parcelamento LEI 11.941	2.508	2.610
Parcelamento LEI 12.996/14	5.859	7.125
	8.367	9.735

(a) No exercício de 2015, a Companhia efetuou a reversão do passivo no montante de R\$ 12.855, (R\$ 481 mil do exercício de 2014 e R\$ 1.563 mil, do exercício de 2015, em decorrência da Metrobus passar a operar no transporte intermunicipal de passageiros "Nota Explicativa nº 1", que conforme parecer dos assessores jurídicos deixa de haver a incidência do imposto sobre a receita da prestação dos serviços, e R\$ 10.811 pela prescrição do débito constituído nos exercícios de 2006 a 2010.

A Companhia discuti na justiça a legalidade da incidência ou não do imposto sobre serviços de qualquer natureza sobre a receita da prestação de serviços no transporte coletivo de passageiros. Conforme parecer dos assessores jurídicos da Companhia tem grandes possibilidades de êxito nas ações que discutem o mérito da questão.

Em 28 de setembro de 2015, a Companhia procedeu a consolidação dos débitos reduções no parcelamento da Lei 12.996/14, desta forma a Companhia obteve uma redução de juros e multa no montante de R\$ 422 mil decorrente da utilização de créditos tributários de imposto de renda e de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido, constituída por ocasião da adesão ao referido parcelamento.

	2015	2014
Contas a Pagar Filial (a)	2.507	2.507
Acordos Judiciais	-	153
CIA Metropolitana de Transportes	2.415	1.462
CELG Distribuição	-	165
SANEAGO	233	907
Outras	480	494
	5.635	5.688

(a) Refere-se a despesas diversas geradas pela administração do Transporte Alternativo, instituído no exercício de 2003. Os resultados para fazer face aquelas despesas em montante igual encontram-se escriturado no ativo circulante.

15 Provisão para contingências
 Conforme as avaliações de êxito fornecidas pelos assessores jurídicos e também das avaliações da administração da Companhia, foi constituída provisão em montante suficiente para cobrir perdas prováveis esperadas no desfecho das ações em curso, conforme a seguir:

	2015	2014		
	Prognóstico de perda provável	Depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais	Contingências líquidas de depósitos judiciais
Cíveis	9.059	140	8.919	644
Trabalhistas	1.045	580	465	481
	10.104	720	9.384	1.125

Em 31 de dezembro de 2015, o montante das contingências classificadas como "perda possível" por nossos assessores jurídicos, o qual não foi registrado provisão para riscos em conformidade com as regras contábeis vigente é de aproximadamente R\$ 988 mil para ações cíveis e R\$ 509 para ações trabalhistas.

	2015	2014
(a) Receita líquida de vendas de serviços		
Receita bruta de vendas de serviços	87.482	79.815
Impostos sobre as vendas	(1.835)	(3.159)
	85.647	76.656

Conforme artigo 1º da Lei 12.860 de 11 de setembro de 2013, as alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre a receita decorrente da prestação de serviços de transporte público coletivo municipal de passageiros, por meio rodoviário, metroviário, ferroviário e aquaviário foram reduzidas a zero.

Conforme inciso III do artigo 7º da Lei 12.546/11, a partir de janeiro de 2012 o INSS parte Empresa passou a ser apurado com base na receita da prestação de serviços de transporte passageiros à alíquota de 2%.

	2015	2014
(b) Custos dos serviços vendidos		
Trafego	67.294	52.380
Manutenção	7.830	7.948
Setransp	6.253	5.808
	(81.377)	(66.136)

	2015	2014
(c) Despesas administrativas e tributárias		
Salários, encargos Sociais e outras	(15.736)	(15.335)
Materiais diversos	(802)	(884)
Outros serviços de terceiros	(2.122)	(2.038)
Outras despesas	(556)	(1.163)
	(19.216)	(19.420)

	2015	2014
(d) Despesas financeiras		
Multas e Juros	(2443)	(3.835)
Outras despesas financeiras	(809)	(62)
	(3252)	(3.897)

17 Patrimônio líquido
(a) Capital autorizado
 A companhia esta autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R\$ 194.493 mil, mediante deliberação do conselho de administração, que decidirá sobre as condições de integralização, características das ações a serem emitidas e preços de emissão. Esse valor equivale a uma quantidade total de 194.493 ações autorizadas, com valor nominal de R\$ 1, por ação.

(b) Capital subscrito e integralizado
 O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 173.706.

18 EBITDA

O ebitda é uma medição não contábil elaborada pela administração, calculada observando as disposições da Instrução CVM 527/12, consistindo no lucro (prejuízo) líquido acrescido de imposto de renda e contribuição social, resultado financeiro líquido, depreciação e amortização, ajustada a outros itens operacionais.

O ebitda não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidas por outras companhias. Nossa Companhia divulga o ebitda porque ela o utiliza para medir o seu desempenho. O ebitda não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto do lucro (prejuízo) ou da receita operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

Consideramos o ebitda uma medida útil por ser frequentemente utilizado por analistas de mercado de capitais, investidores e outras partes interessadas na avaliação de empresas em nosso mercado.

Calculamos o ebitda conforme indicado a seguir:

	2015	2014
Prejuízo do exercício	(18.943)	(8.195)
Depreciação (custo da operação)	13.203	10.474
Despesas financeiras líquidas	3.091	835
Imposto de renda e contribuição social - diferido	-	(1.639)
Ebitda "oficial"	(2.649)	1.475
Provisões cível e trabalhista	9.050	-
Reversão de provisões	(11.303)	(1.015)
Sinistro - frota de ônibus	3.734	921
Perda no recebimento de crédito	157	-
Ebitda "ajustado"	(1.011)	1.381

Marius Braga Machado Diretor Presidente	Ricardo Luiz Jayme Diretor Adm/Financeiro
Carlos Alberto A Oliveira Diretor Operacional	Kid Freire Contador CRC-Go. 013415-0

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis

Aos Administradores, Acionistas e Conselheiros da

Metrobus Transporte Coletivo S.A.

1. Examinamos as demonstrações contábeis da Metrobus Transporte Coletivo S.A., que compreendem os balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis

2. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

3. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

4. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

5. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Base para opinião com ressalva

6. Conforme nota explicativa 9, a Companhia possui registrado na conta de Depósito Judicial o montante de R\$ 2.820 mil em 31 de dezembro de 2015. Devido a não conclusão das análises e conciliações do citado montante, não foi possível nas circunstâncias, ainda que por meio de procedimentos adicionais de auditoria, concluirmos sobre o saldo da rubrica de depósitos judiciais, bem como os possíveis efeitos que possam vir a impactar as demonstrações contábeis do exercício findo naquela data.

Opinião com ressalva

7. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos, decorrente do comentário do parágrafo 6, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Metrobus Transporte Coletivo S.A em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para os exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfase continuidade operacional

8. As demonstrações contábeis foram preparadas no pressuposto da continuidade normal da Companhia. A Companhia vem apresentando sucessivos prejuízos operacionais e deficiência de capital de giro. Conforme comentado na nota explicativa nº 1, (a) em 14 de outubro de 2014 foi alterado o critério de rateio da receita tarifária entre as Empresas que operam no Subsistema Anhanguera, (b) a manutenção da atividade operacional da companhia depende fundamentalmente das medidas implementadas pela administração que visam à reestruturação operacional, administrativa e financeira.

Outros Assuntos

9. Conforme nota explicativa 1, em 20 de abril de 2011, a companhia celebrou novo contrato de concessão para a exploração dos serviços de transporte coletivo de passageiros. As garantias exigidas contratualmente, não foram, até a data de emissão deste relatório, entregues ao poder concedente, Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC. Conforme cláusula quinquagésima segunda do referido contrato, a não apresentação das garantias exigidas, implica na extinção do contrato de concessão.

10. Através do Ofício nº 599/11-DP/GAB, datado de 18 de agosto de 2011, a Companhia solicitou ao poder concedente prorrogação do prazo para a apresentação das referidas garantias, e até a data de emissão desse relatório, o poder concedente não havia se manifestado sobre o assunto.

11. Até a data de emissão deste relatório, o poder concedente Companhia Metropolitana de Transporte Coletivo – CMTC não havia se manifestado sobre os valores relativos ao desequilíbrio econômico financeiro, relativo ao período entre o início e o término do contrato primitivo de concessão, (31 de dezembro de 1997 a 31 de março de 2011) de que trata a Lei Federal nº 8.987 de 13 de fevereiro de 1995, apresentado pela cessionária Metrobus Transporte Coletivo S.A. na data de 30 de junho de 2009.

12. A Deliberação da Câmara Deliberativa de Transportes Coletivos da Região Metropolitana de Goiânia – CDTC-RMG nº 72 de 04/02/2013, disciplinou sobre a substituição do modal de transporte coletivo de passageiros no eixo Anhanguera pelo sistema de veículo leve sobre trilhos e delegou ao Estado de Goiás a competência para a outorga da respectiva concessão.